



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Página
1 de 34

EXTRATO DIÁRIO

Diário Oficial da União nº 47

Brasília-DF, quarta-feira, 11 de março de 2015



ANVISA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

EXTRATO DIÁRIO

Diário Oficial da União nº. 47

Brasília – DF, quarta-feira, 11 de março de 2015.

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

EXPEDIENTE

O **Extrato Diário** é um periódico em formato eletrônico, de circulação restrita à Anvisa, que contém destaques dos atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo publicados no Diário Oficial da União, especialmente os da Presidência da República, do Ministério da Saúde e da Anvisa.

Periodicidade: Diária

Público-alvo:

Diretor-presidente, diretores, ouvidor, adjuntos de diretor, chefe de gabinete e chefes dos demais órgãos de assistência direta ao diretor-presidente.

Critérios de busca e seleção:

1. Origem dos atos: Congresso Nacional, Presidência da República, Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
2. Natureza dos atos: Emenda Constitucional, Lei Complementar, Lei Ordinária, Medida Provisória, Mensagem, Decreto, Portaria, Resolução, Instrução Normativa, Despacho, Aviso, Edital, Extrato, Retificação,
3. Objeto dos atos: Natureza normativa e decisões em recurso, gestão de recursos humanos (nomeações e exonerações) e de gestão administrativa (editais, licitações e contratos);
4. Palavras-chave: Agrotóxico; Aliment; ANVISA; Biotecnologia; Célula; Cigarro; CNS; CONASEMS; CONASS; Conselho; Cosmético; Descentralização; Drogaria; Farmac; Fronteira; Hospital; Laboratório; Medic; Mercosul; MS; Odont; Planejamento orçamento e gestão; Porto; Protocolo; Regulação econômica; Resíduo; Saneante; Sangue; Sanit; Saúde; Sentinela; SNVS; SUS; Tabaco; Tecido; Toxicologia; Transgênico; Produtos para Saúde; Ouvidoria.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa

Elaboração: Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA

Edição e Divulgação:

Ednardo Bastos Rodrigues
Brenda Meyrele de Carvalho Moreira
Wesley Lima Marques

E-mail: corpa@anvisa.gov.br

Telefone: (61) 3462-5347

Fax: (61) 3462-5346

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1.....	4
Presidência da República	4
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO	4
SECRETARIA-EXECUTIVA	4
Ministério da Saúde	7
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	8
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	31
SEÇÃO 2.....	33
Presidência da República	33
Ministério da Saúde	33
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	33
SEÇÃO 3.....	34
Presidência da República	34
Ministério da Saúde	34
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	34

SEÇÃO 1**Presidência da República****(Pág.: 5-6)****CONSELHO DE GOVERNO****CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO****SECRETARIA-EXECUTIVA****DECISÃO 01, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

A **SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, em reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2015, com fulcro no inciso XIV do art. 6º. da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, **DECIDE:**

Acolher o Relatório nº 001/2015/SE/CMED, de 30 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.358808/2012-23 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 26.921.908/0001-21**, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 2.860,80 (dois mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, por comercializar diversos medicamentos por preços superiores ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90);

Acolher o Relatório nº 002/2015/SE/CMED, de 30 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.276047/2013-31 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **HB FARMA LABORATÓRIOS LTDA – CNPJ nº 28.643.633/0001-37**, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 425,64 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**, por não apresentar o Relatório de Comercialização 2013, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com o número de meses de duração da prática infrativa, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário Executivo

DECISÃO 02, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A **SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, em reunião realizada no dia 6 de fevereiro de 2015, com fulcro no inciso XIV do art. 6º. da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, **DECIDE:**

Acolher o Relatório nº 003/2015/SE/CMED, de 13 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351. 288958/2013-82 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **HELP FARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.– CNPJ nº 02.460.736/0001-78**, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 20.453,68 (vinte mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta oito centavos)**, por comercializar diversos medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº.

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário Executivo

DECISÃO 03, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A **SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, em reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2015, com fulcro no inciso XIV do art. 6º. da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, **DECIDE:**

Acolher o Relatório nº 004/2015/SE/CMED, de 13 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.289478/2013-71 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar **DROGARIA MAIS ECONÔMICA S.A.** – CNPJ nº 94.296.175/0001-31, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 578,56 (quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, por comercializar medicamentos por preços superiores ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90);

Acolher o Relatório nº 005/2015/SE/CMED, de 13 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.574673/2012-48 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar **COLLECT IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** – CNPJ nº 53.452.157/0001-14, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 296.499,12 (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos)**, por comercializar o medicamento TRACLEER por preços superiores ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90);

Acolher o Relatório nº 006/2015/SE/CMED, de 13 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.396484/2013-57 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar **LABORATÓRIOS PFIZER LTDA.** – CNPJ nº 46.070.868/0001-69, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 436,08 (quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)**, por comercializar o medicamento DOSTINEX (cabergolina), 0.5 MG COM CT FR VD AMB x 8, por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário Executivo

DECISÃO 04, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A **SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2015, com fulcro no inciso XIV do art. 6º. da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, **DECIDE:**

Acolher o Relatório nº 07/2015/SE/CMED, de 20 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.052007/2013-44 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para absolver a **GRIFOLS BRASIL LTDA.** – CNPJ nº 02.513.899/0001-71, quanto à infração ao art. 8º da Lei nº 10.742/2003.

Acolher o Relatório nº 08/2015/SE/CMED, de 20 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.477312/2012-00 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **TCA FARMA COMÉRCIO LTDA.** – CNPJ nº 73.679.623/0001-06, ao pagamento de multa no valor de R\$ 851, 28 (oitocentos e cinquenta e hum reais e vinte e oito centavos) por comercializar medicamentos por preços superiores ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

Acolher o Relatório nº 09/2015/SE/CMED, de 13 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.477312/2012-00 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **CR. POLETTI CORREA SILVA ME** – CNPJ nº 03.557.974/0001-69, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 698,60 (seiscentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)**, por comercializar os produtos OMEPRAZOL 20 MG CAP GEL DURA MCGRAN CT BL AL PLAS INC X 7, NOCTAL 2 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20 e NOVORAPID 100 U/ML SOL INJ CT 5 CARP VD INC X 3 ML por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário-Executivo

DECISÃO 05, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A **SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)**, em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, com fulcro no inciso XIV do art. 6º. da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, **DECIDE:**

Acolher o Relatório nº 011/2015/SE/CMED, de 27 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351. 288961/2013-17 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **ANB FARMA LTDA.** – CNPJ nº 73.773.129/0001-06, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 1.760,85 (mil setecentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos)**, por ofertar medicamentos por preços superiores ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346
e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

Acolher o Relatório nº 012/2015/SE/CMED, de 27 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351.578906/2013-93 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para absolver **LABORATÓRIOS PFIZER LTDA.** – CNPJ nº 46.070.868/0001-69, quanto à infração ao art. 8º da Lei nº 10.742/2003.

Acolher o Relatório nº 013/2015/SE/CMED, de 27 de fevereiro de 2015, referente ao Processo Administrativo nº 25351. 719620/2013-51 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a **HELP FARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.** – CNPJ nº 02.460.736/0001-78, ao pagamento de multa no valor de **R\$ 125.407,42 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e sete reais, e quarenta e dois centavos)**, por comercializar diversos medicamentos por preços superiores ao permitido para vendas destinadas ao setor público, a empresa deverá ser responsabilizada por infringir a Lei nº. 10.742/03, com a cominação da pena de multa prevista em seu art. 8º, caput c/c artigo 56 de Lei nº. 8.078/90, a ser graduada de acordo com a vantagem auferida indevidamente, respeitado o montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da UFIR (artigo 57 caput e parágrafo único da Lei nº. 8.078/90).

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário-Executivo

Ministério da Saúde

(Pág.:68-70)

GABINETE DO MINISTRO PORTARIA

No- 243, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a cessão de servidores públicos, ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e das autarquias e fundações públicas a ele vinculadas, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do art. 20 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Considerando a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências, especialmente o disposto no seu art. 20;

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

Considerando a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nº 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1988, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.026, de 3 de setembro de 2014, que altera as Leis nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, na parte em que dispõe sobre o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA; cria o Quadro em Extinção de combate às Endemias, e autoriza a transformação dos empregos criados pelo art.15 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 3.214/MTE, de 8 de junho de 1978, que aprova Normas Regulamentadoras (NR) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho;

Texto Integral: D.O.U Nº 47, de 11 de março de 2015, seção 1, pág. 68.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Pág.:74-81)

RESOLUÇÃO – RE Nº 719, DE 09 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre Acréscimo à Composição da Rede Sentinela.

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 9 de maio de 2014, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Portaria MS/GM nº 912, de 12 de maio de 2014, tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Tornar pública a entrada de novo componente na Rede Sentinela, listado no Anexo I, em complemento à Portaria nº 1.693, de 8 de novembro de 2011, nos termos da Instrução Normativa nº 8, de 29 de setembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para adesão, participação e permanência dos serviços de saúde na Rede Sentinela e da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 51, de 29 de setembro de 2014, que dispõe sobre a Rede Sentinela para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 2º As instituições aqui nomeadas, bem como aquelas publicadas em Portarias anteriores, estão sujeitas aos critérios de permanência na Rede Sentinela previstos na Instrução Normativa nº 8, de 29 de setembro de 2014.

Art. 3º Permanece facultada a todo e qualquer Estabelecimento de Atenção a Saúde solicitar credenciamento na referida Rede, em qualquer dos perfis definidos, a qualquer momento. Do mesmo modo, a partir desta data, as instituições que já fizeram a referida solicitação e não constam nesta lista, poderão ser reconhecidas como participantes da Rede, com envio de documentos em aberto após nova avaliação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

	Hospital	Estado	Município	Participante	Colaborador	Centro de Cooperação	Centro de Referência
1	Hospital São José – Beneficência Portuguesa de São Paulo	São Paulo	São Paulo	X			
2	Hospital Ernesto Dornelles	Rio Grande do Sul	Porto Alegre		X		
3	Hospital Municipal Santa Isabel	Paraíba	João Pessoa	X			
4	Hospital da Cruz Vermelha – Filial do Paraná	Paraná	Curitiba	X			
5	Hospital Universitário de Sergipe - SE	Sergipe	Aracaju	X			
6	Hospital Policlín Nove de Julho (HPNJ)	São Paulo	São Bernardo do Campo	X			

RESOLUÇÃO - RE Nº 726, DE 10 DE MARÇO DE 2015

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de recondução de 9 maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014 e a Portaria MS/GM nº 912, de 12 de maio de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Deferir a petição de registro de medicamento novo conforme relação anexa;

Art. 2º Maiores informações devem ser consultadas no site da Anvisa - www.anvisa.gov.br;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

EMPRESA: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 51780468000187

PROCESSO: 25351567676201352

NOME COMERCIAL: OLYSIO PRINCÍPIOS ATIVOS: SIMEPREVIR SÓDICO

150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS OPC X 7 - 1123634090012

150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS OPC X 28 - 1123634090020

RETIFICAÇÕES

Na **RE nº 154, de 16 de janeiro de 2015**, publicada no Diário Oficial da União nº. 12, de 19 de janeiro de 2015, Seção 1 Pág. 46 e Suplemento Pág. 11, referente ao processo 25351.190653/2007-05,

Onde se lê:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ:	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA – 64.171.697/0001-46
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA:	LAMBDA THERAPEUTIC RESEARCH LTD
EXPEDIENTE:	0727191143 de 01/09/2014
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS:	
Clínica (Endereço 1: Rua, nº - Cidade/País); (Endereço 2: Rua, nº - Cidade/País) / Analítica (Endereço: Rua, nº - Cidade/País) / Estatística (Endereço: Rua, nº - Cidade/País)	
VALIDADE:	30/11/2015

Leia-se:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ:	ACCORD FARMACÊUTICA LTDA – 64.171.697/0001-46
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA:	LAMBDA THERAPEUTIC RESEARCH LTD
EXPEDIENTE:	0727191143 de 01/09/2014
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS:	
Clínica (Endereço: Plot nº 38, Near Silver Oak Club, S. G. Highway, Gota – Ahmedabad / Índia); Analítica (Endereço: Plot nº 38, Near Silver Oak Club, S. G. Highway, Gota – Ahmedabad / Índia) / Estatística (Endereço: Plot nº 38, Near Silver Oak Club, S. G. Highway, Gota – Ahmedabad / Índia).	
VALIDADE:	30/11/2015

Na **RE N.º 1.633, de 30 de abril de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 83, de 5 de maio de 2014, Seção 1 Pag. 50 e Suplemento Pag. 1, referente ao processo nº 25351.699537/2011-73,

Onde se lê:

(...)
500 MG CAP GEL DURA CT 2 BL AL PLAS INC X 10
(...)
500 MG CAP GEL DURA CT 4 BL AL PLAS INC X 10
(...)

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346
e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

Leia-se:

(...)
500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS AMB X 20
(...)
500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS AMB X 40
(...)

Na **RE N.º 3.272, de 28 de agosto de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 1 de setembro de 2014, Seção 1 Pág. 39 e Suplemento Pág. 9 referente ao processo nº 25351.676454/2013-60,

Onde se lê:

COSMED INDÚSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7
ACETATO DE CIPROTERONA + ETINILESTRADIOL
Referência - DIANE 35 25351.676454/2013-60 09/2019

Leia-se:

COSMED INDÚSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 1.07817-7
ACETATO DE CIPROTERONA + ETINILESTRADIOL
LYDIAN 25351.676454/2013-60 09/2019

Na **Resolução – RE N.º 4.109, de 3 de setembro de 2010**, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 6 de setembro de 2010, Seção 1 Pág. 47 e Suplemento Pág. 4 referente ao processo nº 25991.009664/80,

Onde se lê:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
ASPARTATO DE ARGININA + ÁCIDO ASCÓRBICO NEUROTÔNICO
TARGIFOR C 25991.009664/80 03/2012
COMERCIAL 1.1300.0237.007-0 24 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 30
COMERCIAL 1.1300.0237.008-9 24 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 60
COMERCIAL 1.1300.0237.009-7 24 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 90
COMERCIAL 1.1300.0237.010-0 24 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 120
1676 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA.

Leia-se:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
ASPARTATO DE ARGININA + ÁCIDO ASCÓRBICO NEUROTÔNICO
TARGIFOR C 25991.009664/80 03/2012
COMERCIAL 1.1300.0237.007-0 18 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 30
COMERCIAL 1.1300.0237.008-9 18 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 60
COMERCIAL 1.1300.0237.009-7 18 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 90
COMERCIAL 1.1300.0237.010-0 18 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 120
COMERCIAL 1.1300.0237.011-9 18 Meses
500 MG + 500MG COM REV CT FR PLAS X 10

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

1676 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA FORMA FARMACÊUTICA.

Na **Resolução – RE N.º 4.419, de 12 de novembro de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 220, de 13 de novembro de 2014, Seção 1 Pág. 109 referente ao processo nº 25351.499876/2011-80,

Onde se lê:

1.1063.0140.001-7 Ano(s)
150 MG +75MG+400MG+275MG COM REV CT BL AL PLAS AMB X 90

Leia-se:

1.1063.0140.001-7 24 meses
150 MG +75MG+400MG+275MG COM REV CT BL AL PLAS AMB X 90

Na **Resolução – RE 4.717, de 05 de dezembro de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 237, de 8 de dezembro de 2014, Seção 1 pag. 64 e Suplemento pag. 1, referente ao processo nº 25351.163987/2014-14,

Onde se lê:

Hypermarcas S/A 1.07287-6
ASPARTATO DE ARGININA
SUPLEMENTOS DIETÉTICOS PROTÉICOS
FORVITAL 25351.163987/2014-14 12/2019
(...)
1.7287.0529.057-3 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
1.7281.0529.058-1 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
1.7287.0529.059-1 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
1.7287.0529.060-3 Ano(s)
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
1.7287.0529.061-1 24 meses
1G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
ALCOOL POLIVÍNICO + ASPARTATO DE ARGININA
SUPLEMENTOS DIETÉTICOS PROTÉICOS
FORVITAL 25351.163987/2014-14 12/2019
1.7287.0529.062-1 24 meses
1G COM VER CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
ASPARTATO DE ARGININA
SUPLEMENTOS DIETÉTICOS PROTÉICOS

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

FORVITAL 25351.163987/2014-14 12/2019
1.7287.0529.063-8 24 meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
1.7287.0529.064-6 24 meses
1G COM REV CT FRAS PLAS OPC X 30
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO

Leia-se:

Hypermarcas S/A 1.07287-6
ASPARTATO DE ARGININA
SUPLEMENTOS DIETÉTICOS PROTÉICOS
FORVITAL 25351.163987/2014-14 12/2019
(...)
COMERCIAL 1.7287.0529.057-3 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7281.0529.058-1 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7287.0529.059-1 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7287.0529.060-3 24 meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7287.0529.061-1 24 meses
1G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7287.0529.062-1 24 meses
1G COM VER CT BL AL PLAS TRANS X 120
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7287.0529.063-8 24 meses
1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 150
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.7287.0529.064-6 24 meses
1G COM REV CT FRAS PLAS OPC X 30
Não informado
1577 ESPECÍFICO – REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na **Resolução – RE nº 4817, de 12 de dezembro de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº. 242, de 15 de dezembro de 2014, Seção 1 Pág. 43 e Suplemento Pág. 11, referente ao processo 25351.379833/2014-55,

Onde se lê:

BROMOPRIDA
ANTIEMÉTICOS E ANTINAUSEANTES

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346
e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

ANGIOTENSIL HCT 25351.379833/2014-55 12/2019
COMERCIAL 1.5584.0456.001-5 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0456.002-3 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS OPC GOT X 20 ML (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0456.003-1 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS OPC GOT X 10 ML (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0456.004-1 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0456.005-8 24 Meses
10 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0456.006-6 24 Meses
10 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS INC X 500 (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0456.007-4 24 Meses
10 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 200 (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)

Leia-se:

BROMOPRIDA
ANTIEMETICOS E ANTINAUSEANTES

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

DIGESAN 25351.379833/2014-55 12/2019
COMERCIAL 1.5584.0461.001-2 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0461.002-0 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS OPC GOT X 20 ML (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0461.003-9 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS OPC GOT X 10 ML (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0461.004-7 24 Meses
4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0461.005-5 24 Meses
10 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0461.006-3 24 Meses
10 MG CAP GEL DURA CX BL AL PLAS INC X 500 (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)
COMERCIAL 1.5584.0461.007-1 24 Meses
10 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 200 (EMB
HOSP)
Não informado
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
(1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) -
779566/11-1 - 25351.555296/2011-80)

Na **RE nº 2.475, de 4 de julho de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 127, de 7 de julho de 2014, Seção 1 Pag. 20 e Suplemento Pag. 128, referente aos processos nº 25351.540800/2008-75, 25351.318448/2007-11, 25351.343452/2005-47, 25351.585785/2008-94, 25351.894170/2008-49 e

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

25351.708706/2008-20

Onde se lê:

(...)

Art. 1º Conceder a renovação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos e específicos(...)

(...)

Empresa	Processo	Marca	Expediente	Venc. Registro
FARMÁCIA E LABORATÓRIO HOMEOPÁTICO ALMEIDA PRADO LTDA - 60.862.208/0001-41	25351540800/200875	ARNICA PRÉPOS	0595245/13-0	02/2014
BOIRON MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS LTDA - 07.498.711/0001-87	25351318448/200711	SÉDATIF PC	0731598/13-8	03/2014
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA - 05.994.539/0001-27	25351343452/200547	HORMEEL SNT	0802578/13-9	04/2014
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA - 05.994.539/0001-27	25351585785/200894	ZEEL COMP N	0834257/13-1	04/2014
HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LTDA - 76.440.528/0001-43	25351894170/200849	LEPARIN	0971970/13-9	05/2014
WELEDA DO BRASIL LABORATÓRIO E FARMÁCIA LTDA - 56.992.217/0001-80	25351708706/200820	BRYOPHYLLUM ARGENTO CULTUM	0985967/13-5	05/2014

Leia-se:

(...)

Art. 1º Conceder a renovação automática do registro dos medicamentos dinamizados(...)

(...)

Empresa	Processo	Marca	Expediente	Venc. Registro
FARMÁCIA E LABORATÓRIO HOMEOPÁTICO ALMEIDA PRADO LTDA - 60.862.208/0001-41	25351540800/2008-75	ARNICA PRÉPOS	0595245/13-0	02/2019
BOIRON MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS LTDA - 07.498.711/0001-87	25351318448/2007-11	SÉDATIF PC	0731598/13-8	03/2019
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA -	25351343452/2005-47	HORMEEL SNT	0802578/13-9	04/2019

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

05.994.539/0001-27				
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA - 05.994.539/0001-27	25351585785/ 2008-94	ZEEL COMP N	0834257 /13-1	04/20 19
HOMEOPATIA WALDEMIRO PEREIRA LABORATÓRIO INDUSTRIAL FARMACÊUTICO LTDA - 76.440.528/0001-43	25351894170/ 2008-49	LEPARIN	0971970 /13-9	05/20 19
WELEDA DO BRASIL LABORATÓRIO E FARMÁCIA LTDA - 56.992.217/0001-80	25351708706/ 2008-20	BRYOPHYLL UM ARGENTO CULTUM	0985967 /13-5	05/20 19

Na **RE N.º 4.977, de 26 de dezembro de 2013**, publicada no Diário Oficial da União nº 252, de 30 de dezembro de 2013, Seção 1 Pág. 753, e Suplemento Pág. 87 referente ao processo nº 25351.269967/2012-24,

Onde se lê:

PREDNISOLONA
PREDSIM 25351.269967/2012-24 02/2018

Leia-se:

FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
PREDSIM 25351.269967/2012-24 02/2018

Na **resolução - RE nº 4.894, de 19 de dezembro de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 22 de dezembro de 2014, Seção 01 pag. 39 e Suplemento pag. 66, referente ao processo nº 25351.300318/2008-02

Onde se lê:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3

...

POLISSACARÍDEO CAPSULAR DE STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE
V A C I N A S

VACINA PNEUMOCÓCICA 23-VALENTE (POLISSACARÍDICA)

25351.300318/2008-02 08/2015

COMERCIAL 1.1300.1065.001-1 24 Meses

1 DOSE IMUNIZ SOL INJ CT SER VD INC PRE-ENCH X 0,5ML

VACINA PNEUMOCÓCICA 23-VALENTE (POLISSACARÍDICA)

**1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTOÃO
TERAPÊUTICA NO PAÍS**

Leia-se:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3

...

POLISSACARÍDEO CAPSULAR DE STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE
V A C I N A S

VACINA PNEUMOCÓCICA 23-VALENTE (POLISSACARÍDICA)

25351.300318/2008-02 08/2015

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

COMERCIAL 1.1300.1065.002-8 24 Meses

5 DOSES IMUNIZ SOL INJ CT FA VD INC X 2,5ML

1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO

COMERCIAL 1.1300.1065.003-6 24 Meses

5 DOSES IMUNIZ SOL INJ CT 10 FA VD INC X 2,5ML

1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO

Na **Resolução – RE 5.661, de 10 de dezembro de 2009**, publicada no Diário Oficial da União nº 238, de 14 de dezembro de 2009, Seção 1 pág. 64 e Suplemento pág. 29, referente ao processo nº 25000.003864/81,

Onde se lê:

CAZI QUÍMICA FARM IND E COM LTDA 1.00715-1

CLORIDRATO DE TIAMINA + FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CIANOCOBALAMINA + NICOTINAMIDA + DEXPANTENOL

POLIVITAMÍNICOS SEM MINERAIS

RECALPLEX 25000.003864/81 07/2012

COMERCIAL 1.07.5.0035.001-5 24 Meses

10 + 0,1333 + 0,33 + 0,845 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 150 ML

1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Leia-se:

CAZI QUÍMICA FARM IND E COM LTDA 1.00715-1

CLORIDRATO DE TIAMINA + FOSFATO SÓDICO DE RIBOFLAVINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CIANOCOBALAMINA + NICOTINAMIDA + DEXPANTENOL

POLIVITAMÍNICOS SEM MINERAIS

RECALPLEX 25000.003864/81 07/2012

COMERCIAL 1.07.5.0035.001-5 24 Meses

1,0 + 0,1333 + 0,33 MG/ML + 3,33 MCG/ML + 3,0 + 0,845 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 150 ML

1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO

Na **resolução - RE N.º 502, de 13 de fevereiro de 2015**, publicada no Diário Oficial da União nº 32, de 18 de fevereiro de 2015, Seção 01 pág. 40 e Suplemento pág. 03, referente ao processo nº 25351.301929/2008-60

Onde se lê:

STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE

+ STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS

PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE

+ STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS

PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE +

STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE

VA C I N A S

SYNFLORIX B 25351.301929/2008-60 06/2019

COMERCIAL 1.0107.0273.001-1 36 Meses

SUS INJ CT 1 SER VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL

EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL

COMERCIAL 1.0107.0273.002-8 36 Meses

SUS INJ CT 10 SER VD INC X 0,5 ML

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.003-6 36 Meses
SUS INJ CT 1 FA VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.004-4 36 Meses
SUS INJ CT 10 FA VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.005-2 36 Meses
SUS INJ CT 100 FA VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL

Leia-se:

STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE
+ STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS
PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE
+ STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS
PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE +
STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE
V A C I N A S

SYNFLORIX 25351.301929/2008-60 06/2019

COMERCIAL 1.0107.0273.001-1 36 Meses
SUS INJ CT 1 SER VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.002-8 36 Meses
SUS INJ CT 10 SER VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.003-6 36 Meses
SUS INJ CT 1 FA VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.004-4 36 Meses
SUS INJ CT 10 FA VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL
COMERCIAL 1.0107.0273.005-2 36 Meses
SUS INJ CT 100 FA VD INC X 0,5 ML

Não informado

10467 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOME COMERCIAL
EM VACINAS POR DECISÃO JUDICIAL

Na **RE N.º 905, de 13 de março de 2014**, publicada no Diário Oficial da União nº 51, de 17 de março de 2014, Seção 1 Pág. 65 e Suplemento Pág. 49 referente ao processo nº. 25351.660110/2012-07,

Onde se lê:

ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA 25991.001157/81 TOBEX 0308590132 10/2018

Leia-se:

NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A 25351.660110/2012-07 TOBEX 0308590132 10/2018

+++

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 59, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em Reunião Ordinária Pública – ROP 004/2015 realizada em 26 de fevereiro de 2015, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI e no § 2º do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Anexo I do Regimento Interno aprovado nos termos da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 04 de abril de 2008 e Portaria nº 616, de 24 de abril de 2012, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, mantendo os termos da decisão recorrida, conforme relação anexa.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente

Substituto

ANEXO

Empresa: Farmoquímica S.A.

CNPJ: 33.349.473/0001-58

Processo: 25351.714573/2014-85

Expediente do Recurso: 1154560/14-7

ARESTO Nº 60, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de fevereiro de 2015, **ACORDAM** os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no D. O. U. de 02 de junho de 2014,

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

e em conformidade com a Resolução RDC nº 25 de 04 de abril de 2008, **decidir** os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

Diretor-Presidente

Substituto

ANEXO

Empresa: RDF – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

CNPJ: 12.305.387/0001-73

Processo: 25351.196636/2011-43

Expediente do Processo: 274293/11-4

Expediente do Recurso: 0643325/14-1

Parecer: 019/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: COSMO COSMETICS DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-EPP

CNPJ: 17.144.194/0001-00

Processo: 25351.507639/2013-65

Expediente do Processo: 0724273/13-5

Expediente do Recurso: 0853509/13-4

Parecer: 055/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: SANA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 01.721.446/0001-78

Processo: 25351.507758/2013-84

Expediente do Processo: 0724450/13-9

Expediente do Recurso: 0839172/13-6

Parecer: 042/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: TRB PHARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.

CNPJ: 61.455.192/0001-15

Processo: 25351.012715/2003-15

Expediente do Processo: 043480/03-9

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

Expediente do Recurso: 0500573/14-6

Parecer: 013/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: MULTCENTER HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 11.227.429/0001-32

Processo: 25351.663454/2012-16

Expediente do Processo: 0950723/12-0

Expediente do Recurso: 0816598/13-0

Parecer: 030/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: OLIVEIRA & TELATIN COSMÉTICOS LTDA.-ME

CNPJ: 13.156.592/0001-87

Processo: 25351.658448/2012-17

Expediente do Processo: 0943841/12-6

Expediente do Recurso: 0768857/13-1

Parecer: 029/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 03.580.620/0001-35

Processo: 25351.156832/2013-12

Expediente do Processo: 0222511/13-5

Expediente do Recurso: 0854144/13-2

Parecer: 035/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: J. P. FERREIRA EIRELI-EPP

CNPJ: 15.514.435/0001-21

Processo: 25351.536438/2013-90

Expediente do Processo: 0766654/13-3

Expediente do Recurso: 0862447/13-0

Parecer: 043/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: CPMH – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA.

CNPJ: 13.532.259/0001-25

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

Processo: 25351.291104/2012-31

Expediente do Processo: 0416692/12-2

Expediente do Recurso: 0770625/13-1

Parecer: 035/2015-COARE/SUINP

Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ARESTO Nº 61, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 5º do Regimento Interno, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada na reunião realizada em 05/03/2015.

Jaime César de Moura Oliveira
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

1.

Empresa: Hipolabor Farmacêutica Ltda.

Medicamento: Azitromicina diidratada

Forma Farmacêutica: Pó para suspensão oral

Processo nº: 25351.433911/2012-62

Expediente nº: 0624160/14-3

Recurso incluído em pauta em razão do Mandado de Segurança: 1000689-22.2015.4.01.3400

Assunto: Indeferimento de petição de Registro do Medicamento Genérico

Decisão: A Diretoria Colegiada decide, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso e retorno à área técnica para análise, acompanhando a posição do relator que acata o parecer da Corec /Sumed 019/2015

ARESTO Nº 62, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência no Circuito Deliberativo – CD 081/2015, de 25/02/2015.

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

1) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022483/2014-15
Expediente do Processo: 031448140
Expediente do Recurso: 0001237148
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

ARESTO Nº 63, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência no Circuito Deliberativo – CD 078/2015, de 25/02/2015.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

1) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022448/2014-77
Expediente do Processo: 031431145
Expediente do Recurso: 1011716134
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

2) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022432/2014-91
Expediente do Processo: 031377147
Expediente do Recurso: 1011728138
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

3) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022430/2014-32
Expediente do Processo: 031390144
Expediente do Recurso: 1011703132
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

4) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022459/2014-18
Expediente do Processo: 031444147
Expediente do Recurso: 1011719139
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

5) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022471/2014-39
Expediente do Processo: 031435148
Expediente do Recurso: 1011706137
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

6) Empresa: Momenta Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 14.806.008/0001-54
Número do Processo: 25351.022467/2014-81
Expediente do Processo: 031427147
Expediente do Recurso: 1011694130
Decisão: POR UNANIMIDADE, DECLARAR A EXTINÇÃO DOS RECURSOS POR PERDA DE OBJETO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA COREP/SUPAF.

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A **Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e IV, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o inciso III e §§ 1º e 3º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 1999, o art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 05 de março de 2015, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Resolução-RDC que dispõe sobre as mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos e dá outras providências, relacionada à revisão da Resolução –RDC nº 48/2009, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=19731.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu “resultado”, inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346
e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência Geral de Medicamentos, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais (AINT), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.509108/2011-12

Assunto: Proposta de Consulta Pública que dispõe sobre o processo de revisão da Resolução RDC Nº 48 de 2009 que dispõe sobre mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos.

Agenda Regulatória 2013-2014 Tema nº 67

Regime de Tramitação: Comum

Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos - GGMed

Relator: José Carlos M. da Silva Moutinho

CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A **Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e IV, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o inciso III e §§ 1º e 3º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 1999, o art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por meio da Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 05 de março de 2015, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Consulta Pública referente à Revisão da RDC Nº 233, de 17/08/2005, que dispõe sobre o registro e alterações pós-registro de produtos alergênicos industrializados, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=19729.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Sangue, Tecidos, Células e Órgãos - GGPBS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais (AINT), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.348072/2013-93

Assunto: Proposta de Consulta Pública referente à Revisão da RDC Nº 233, de 17/08/2005, que dispõe sobre o registro e alterações pós-registro de produtos alergênicos industrializados e dá outras providências.

Agenda Regulatória 2013-2014: Tema nº 77

Regime de Tramitação: Comum

Área responsável: Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Sangue, Tecidos, Células e Órgãos - GGPBS

Relator: José Carlos Magalhães Moutinho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 720, DE 10 DE MARÇO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa,

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346
e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 6665.CP/2013, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de dissolução, para o lote AR 877, do medicamento CARBAMAZEPINA 200 MG, COMPRIMIDO, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional do lote AR 877 (Val.: 12/2014), do produto CARBAMAZEPINA 200 MG, COMPRIMIDO, fabricado pela empresa Sanval Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ: 61.068.755/0001-12).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eduardo Hage Carmo

RESOLUÇÃO-RE Nº 721, DE 10 DE MARÇO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a comunicação de recolhimento voluntário encaminhado pela empresa Eurofarma Laboratórios S.A., referente ao medicamento ALGESTONA ACETOFENIDA + ENANTATO DE ESTRADIOL, solução injetável, devido à presença de corpo estranho na ampola, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes nº 320399 (Val 03/2016) e nº 325252 (Val 05/2016) do medicamento ALGESTONA ACETOFENIDA + ENANTATO DE ESTRADIOL, solução injetável, fabricado pela empresa Eurofarma Laboratórios S.A. (CNPJ: 61.190.096/0001-92).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eduardo Hage Carmo

RESOLUÇÃO-RE Nº 722, DE 10 DE MARÇO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação do produto STOP FORMIGAS E CUPINS, BIOLÓGICO, 30 ML sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Indústria e Comércio de Inseticida Almeida Ltda., que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto STOP FORMIGAS E CUPINS, BIOLÓGICO, 30 ML, bem como de todos os demais produtos saneantes fabricados pela empresa Indústria e Comércio de Inseticida Almeida (CNPJ: 12.689.982/0001-63).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 723, DE 10 DE MARÇO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização na cidade de Tangará da Serra – MT, do saneante ERVAMAX EXTRATO DE ERVAS sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Cooperervas Indústria e Comércio de Extrato de Ervas Ltda. ME, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do saneante ERVAMAX EXTRATO DE ERVAS, fabricado pela empresa Cooperervas Indústria e Comércio de Extrato de Ervas Ltda. ME, CNPJ 16.105.175/0001-01.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eduardo Hage Carmo

RESOLUÇÃO-RE Nº 724, DE 10 DE MARÇO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 62, II e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização na cidade de Tangará da Serra – MT, dos saneantes MATA BARATA e FORMIGA REX sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Indústria e Comércio de Inseticidas Metrine Ltda., que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência e utiliza na rotulagem dos saneantes dados de Autorização de Funcionamento, nº de registro e CNPJ inválidos, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos saneantes MATA BARATA e FORMIGA REX, fabricados pela empresa Indústria e Comércio de Inseticidas Metrine Ltda., CNPJ 73.462.343/0001-41 (inválido).

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades dos saneantes descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Eduardo Hage Carmo

SUPERINTENDÊNCIA DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 725, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.111, de 03 de julho de 2014, a Portaria nº 1.666, de 10 de outubro de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Tornar público os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

ANEXO

Texto Integral: D.O.U Nº 47, de 11 de março de 2015, seção 1, pág. 79.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**(Pág.:103)****SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS****DELIBERAÇÃO Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015**

Institui a Câmara Técnica Permanente de Fomento e Produção Sustentável no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto de 13 de julho de 2006, e tendo em vista o disposto pelo Capítulo IV, artigos 14 a 16 do Regimento Interno, e a proposta aprovada em sua 24ª. Reunião Ordinária,

Considerando os princípios, objetivos e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme dispõe o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 e a Resolução CNPCT 001/2007, e

Considerando as deliberações do II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, resolve:

Art. 1º Designar para compor a Câmara Técnica Permanente de Fomento à Produção Sustentável 16 (dezesseis) representantes titulares abaixo descritos.

§1º - Oito representantes Governamentais:

I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - Ministério do Meio Ambiente;

III- Ministério do Desenvolvimento Agrário;

IV- Ministério da Pesca e Aquicultura;

V - Fundação Cultural Palmares;

VI- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

VII -Companhia Nacional de Abastecimento/MAPA;

VIII - Fundação Nacional do Índio;

§ 2º - Oito representantes da Sociedade Civil:

I - Conselho Nacional das Populações Extrativistas/CNS

II - Articulação Puxirão

III - Movimento Nacional dos Pescadores/MONAPE

Coordenação de Registro e Publicidade de Atos – CORPA – Telefone (61) 3462-5347 – Fax (61) 3462-5346

e-mail: corpa@anvisa.gov.br

O Extrato Diário é um periódico de circulação interna, restrito à Anvisa. Seu conteúdo não substitui o texto publicado no DOU.

IV - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

V - Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras

VI - Grupo de Trabalho Amazônico/GTA

VII - Rede de Cultura Caiçara

VIII - Associação das Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão/ASSEMA

§ 3º - Constituem convidados permanentes a contribuir com os trabalhos desta Câmara, os seguintes órgãos públicos e organizações da sociedade civil:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

II - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

III - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

IV - Conselho Nacional de Economia Solidária.

§4º Poderão ser convidados outros órgãos ou entidades da sociedade civil para reuniões da Câmara Técnica quando os temas abordados se referirem a segmentos de povos e comunidades tradicionais específicos ou a questões territoriais que sejam regionais, estaduais ou municipais.

Art. 2º - À Câmara Técnica Permanente de Fomento e Produção Sustentável compete, além do disposto pelos incisos I a III do art. 14 do Regimento Interno da CNPCT, propor e monitorar ações voltadas para o alcance dos seguintes objetivos específicos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e a gestão facilitados aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo.

II - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;

III - apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais; e

IV - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Art. 3º - A Câmara Técnica Permanente de Fomento à Produção Sustentável será coordenada conjuntamente pelos representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Movimento Nacional dos Pescadores e nos seus impedimentos e afastamentos legais ou regulamentares, pelos representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Art. 4º - A participação na Câmara Técnica de que trata esta Deliberação será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 5º - O apoio administrativo e os meios necessários para a execução dos trabalhos da Câmara Técnica serão fornecidos pela Presidência e Secretaria Executiva da CNPCT.

Art. 6º - Os trabalhos realizados pela Câmara Técnica deverão ser relatados em plenárias da CNPCT, sendo submetidas para aprovação, quando for o caso.

Art. 7º - Fica revogada a Deliberação CNPCT nº 004/2007.



Art. 8º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

MARCELO CARDONA ROCHA
Presidente da Comissão

SEÇÃO 2

Presidência da República

NENHUM ITEM DESTACADO

Ministério da Saúde

NENHUM ITEM DESTACADO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

NENHUM ITEM DESTACADO

SEÇÃO 3**Presidência da República****NENHUM ITEM DESTACADO****Ministério da Saúde****NENHUM ITEM DESTACADO****Agência Nacional de Vigilância Sanitária****(Pág.:126)****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO No- 11/2015 - UASG 253002**

No- Processo: 25351070813201538 . Objeto: Participação do servidor Fábio Miranda da Rocha no evento Public Health Conference 2015, a ser realizado no período de 11 a 13 de julho de 2015, em Bangkok/ Tailândia. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Notória especialização e singularidade do objeto. Declaração de Inexigibilidade em 10/03/2015. VANESSA BORGES DE OLIVEIRA. Gerente de Licitações e Contratos. Ratificação em 10/03/2015. MARCO ANTONIO MACHADO DE MACEDO. Gerente-geral de Gestão Administrativa e Financeira. Valor Global: R\$ 939,67. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro TOMORROWPEOPLE ORGANIZATION.

(SIDECE - 10/03/2015) 253002-36212-2015NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO No- 7/2015 - UASG 253002

Número do Contrato: 10/2010. **No-** Processo: 25351577266200963. PREGÃO SISPP **No-** 1/2010. Contratante: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA -SANITARIA. CNPJ Contratado: 37077716000105. Contratado : CITY SERVICE SEGURANCA LTDA -Objeto: Prorrogar excepcionalmente a vigência do contrato por mais doze meses ou até o início da execução de novo contrato administrativo com o mesmo objeto, resultante de procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Fundamento Legal: Art. 57, §4º da Lei 8.666/93 Vigência: 01/03/2015 a 29/02/2016. Valor Total: R\$1.878.147,23. Fonte: 6174025305 - 2015NE800183. Data de Assinatura: 27/02/2015.

(SICON - 10/03/2015) 253002-36212-2015NE800001

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.03.2015